

Revista Processus Multidisciplinar

Página da revista:

<https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/index>



Resenha do artigo intitulado “Direito à saúde: um convite à reflexão”¹

Review of the article entitled “Healthcare rights: an invitation for reflection”

ARK: 44123/multi.v6i11.1422

Recebido: 09/12/2024 | Aceito: 15/04/2024 | Publicado on-line: 12/05/2025

Igor Lucas de Araújo Silva²

 <https://orcid.org/0009-0006-1243-473X>

 <http://lattes.cnpq.br/0832825134406075>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: igor.acc@hotmail.com

Gustavo de Araújo Seixas³

 <https://orcid.org/0009-0008-8642-3464>

 <http://lattes.cnpq.br/9901573035347189>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: gustavoaraujoseixas@gmail.com

William Marques⁴

 <https://orcid.org/0009-0008-5623-8866>

 <http://lattes.cnpq.br/3650381917977808>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: wmarques2007@hotmail.com



Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Direito à saúde: um convite à reflexão". Este artigo é de autoria de Vera Maria Ribeiro Nogueira e Denise Elvira Pires de Pires. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Cadernos de Saúde Pública", no V. 20, N. 03, p. 753-760, mai.-jun., 2004.

Palavras-chave: Cidadania Social. Direito à Saúde. Economia da Saúde. Equidade. Reformas Sanitárias.

Abstract

This is a review of the article entitled "Healthcare rights: an invitation for reflection". This article is authored by Vera Maria Ribeiro Nogueira and Denise Elvira Pires de Pires. The article reviewed here was published in the journal "Cadernos de Saúde Pública", in V. 20, N. 03, p. 753-760, May-June, 2004.

Keywords: Equity. Health Economics. Health Reforms. Healthcare rights. Social Citizenship.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Letícia Rabelo Leite.

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

³ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

⁴ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Direito à saúde: um convite à reflexão". Este artigo é de autoria de Vera Maria Ribeiro Nogueira e Denise Elvira Pires de Pires. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Cadernos de Saúde Pública", no V. 20, N. 03, p. 753-760, mai.-jun., 2004.

Quanto às autoras deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada uma delas. Muito do que compõe a formação ou a experiência de uma autora contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada uma das autoras.

A primeira autora deste artigo é Vera Maria Ribeiro Nogueira. Possui mestrado em Serviço Social pela PUC de São Paulo e também doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O currículo Lattes dela pode ser acessado neste link: <<http://lattes.cnpq.br/6925549508843228>> e o Orcid neste: <<https://orcid.org/0000-0003-4158-1510>>.

A segunda autora deste artigo é Denise Elvira Pires de Pires. Possui mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e também doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

O currículo Lattes dela pode ser acessado neste link: <<http://lattes.cnpq.br/6894772390008326>> e o Orcid neste: <<https://orcid.org/0000-0002-1754-0922>>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: *Abstract*; Introdução; Desenvolvimento; Conclusão; Resumo; e Referências. No desenvolvimento, o texto é subdividido em seções que discutem a gênese do direito à saúde, as políticas sociais e cidadania, o campo jurídico no debate ao direito à saúde e os paradigmas relativos à atenção à saúde.

O resumo da obra resenhada oferece uma avaliação crítica das transformações na sociedade moderna em relação ao direito à saúde como uma garantia universal, enfatizando dois modelos principais: o da cidadania plena e o da cidadania social limitada.

O tema deste artigo é o "Direito à saúde enquanto direito de cidadania social". Foi discutido o problema da crescente restrição de direitos, sobretudo sociais, em função das reformas sanitárias e econômicas promovidas por organismos multilaterais. O artigo partiu da hipótese de que o acesso à saúde está sendo progressivamente subordinado a critérios de eficiência econômica em detrimento da universalidade e da integralidade do acesso.

Neste artigo, o objetivo geral foi analisar as implicações das reformas sanitárias sobre o direito à saúde no Brasil. Os objetivos específicos foram examinar a influência das agências multilaterais nas políticas de saúde e discutir os impactos dessas políticas na universalidade deste direito.

A temática da pesquisa justifica-se pela relevância do estudo e na necessidade de se compreender as consequências das reformas sanitárias para a efetivação dos direitos sociais, especialmente no contexto das políticas de saúde, que são fundamentais para a garantia de uma cidadania plena e igualitária.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa no artigo aqui analisado foi uma revisão bibliográfica e documental, focando em fontes secundárias que incluem estudos acadêmicos, documentos de agências multilaterais e legislações pertinentes, com uma abordagem qualitativa de análise dos dados.

Na introdução, delinea-se que o artigo discute o acesso à saúde como um direito de cidadania social, refletindo sobre as implicações éticas e políticas das

reformas sanitárias promovidas por organismos como o Banco Mundial e a OPAS. Essas reformas, que inicialmente focaram em melhorias na América Latina, passaram por uma segunda fase que prioriza a alocação de recursos para os mais pobres, mas também traz desafios, como a crescente desigualdade e a perda de controle social pela sociedade civil. O texto destaca a necessidade de repensar essas reformas para garantir um sistema de saúde mais justo e inclusivo.

Em “A gênese do direito à saúde”, é abordada a trajetória dos direitos sociais e a relação entre os aspectos socioeconômicos da cidadania. As autoras, Nogueira e Pires, fazem uma retrospectiva histórica e conceitual sobre a origem destes direitos, destacando como estes estão intrinsecamente ligados à formação dos Estados de bem-estar social e à expansão das políticas públicas no período pós-Segunda Guerra Mundial. A análise aponta que as garantias sociais emergiram como resposta às necessidades de inclusão social e à redistribuição de recursos em sociedades democráticas capitalistas, com reflexos no mercado de trabalho.

Em “Direito social e cidadania revisitados: relações com o campo político e econômico”, as autoras defendem o direito social e a cidadania como elementos fundamentais para uma cidadania ativa, que deve ser exercida em contextos reais e cotidianos e não apenas de forma teórica. O capítulo argumenta que os direitos sociais não podem ser vistos como meras abstrações, mas como ferramentas políticas reais que possibilitam a transformação da sociedade. Após 1970, a crise do Estado de bem-estar e a mercantilização da saúde mudaram a relação entre o direito à saúde e o fundo público, tornando a saúde uma área lucrativa e reforçando a necessidade de um debate sobre a regulação pública e a justiça social.

Em “O campo jurídico no debate do direito à saúde”, esclarece-se que a relação entre direitos sociais, especialmente em relação à saúde, e a teoria do direito, destacando que esses direitos são fundamentais para a regulamentação do comportamento social e a justiça. O direito à saúde envolve tanto a liberdade individual, como na escolha de tratamentos, quanto as exigências coletivas, como vacinação e controle ambiental. As autoras pontuam que a tensão entre liberdade e igualdade é central neste direito, e a abordagem do Estado varia conforme o contexto político.

Em “Os paradigmas relativos à atenção à saúde e as reformas sanitárias”, Nogueira e Pires discutem as mudanças nos modelos de atenção à saúde, especialmente a transição de um paradigma de cidadania plena para um de cidadania restrita. Elas analisam como as reformas sanitárias promovidas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, têm enfraquecido o papel do Estado, privilegiando uma lógica de mercado e de eficiência econômica em detrimento da universalidade e da integralidade do direito à saúde. As autoras destacam que essa mudança paradigmática tem implicações profundas na forma como o este direito é entendido e implementado nas sociedades contemporâneas.

Na conclusão do artigo, pontua-se que a segunda geração das reformas em saúde, promovida por agências multilaterais, está em implementação e foca em uma abordagem seletiva, direcionada aos mais pobres, o que resulta em uma visão restrita de cidadania social. Tais reformas, influenciadas pelo paradigma da economia da saúde, alteram o direito à saúde, que passa a ser visto mais como uma questão econômica do que como um direito universal baseado na justiça social.

A OMS e o Banco Mundial, que inicialmente pareciam ter abordagens diferentes, agora seguem uma direção comum que prioriza a focalização da equidade em saúde, o que indica que o direito à saúde está sendo redefinido com base em critérios de pobreza e de vulnerabilidade, com o Estado se afastando de seu papel de

garantidor. O artigo enfatiza que esta é uma questão complexa e que o debate sobre seu alcance e conteúdo é crucial para garantir que a democracia e a universalidade sejam preservadas, evitando uma redução extrema desses valores.

Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; PIRES, Denise Elvira Pires de. Direito à saúde: um convite à reflexão. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 03, p. 753-760, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/rDXHBCnxkQQxktQZv9PPdbj/?lang=pt>>. Acesso em: 30 ago. 2024.